

ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no sétimo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016.

Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal Pleno, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 2) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 3) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal Pleno, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 4) juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), sem direito a voto; 5) servidor Olacir Gonçalves, eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); e, 6) servidor Marcos Borba, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto.

A juíza Vânia Petermann, magistrado indicado pelo Tribunal Pleno (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I), Presidente do Comitê, às 9h45min, por telefone, solicitou que houvesse a abertura da reunião independentemente de sua presença, diante de pequena intercorrência clínica imprevista, e que tão logo resolvida se faria presente. Após o intervalo do almoço, por telefone, a juíza Vânia Petermann comunicou a impossibilidade de comparecimento e solicitou que fosse escolhido um presidente para o ato entre os magistrados presentes. Tendo em vista o adiantado dos trabalhos, os membros do Comitê deliberaram pela não convocação do suplente da juíza Vânia Petermann, e, por aclamação, elegeram o juiz Edison Zimmer, como Presidente desta reunião.

Às 10h, pelos membros presentes, foi aberta a reunião. Como primeiro item da pauta, foi realizada a leitura comentada e aprovação da ata da 7ª reunião.

Após, pelos servidores Marcos Borba (representante do SINJUSC) e Marco Túlio de Camargo Dolberth (assessor de planejamento) foi apresentado resumo das 2 (duas) reuniões dos grupos de trabalho para elaboração de propostas de metas nacionais de 2017, que ocorreram na data de ontem (5 de julho de 2016). Os membros do Comitê

deliberaram por encaminhar mensagem eletrônica a todos magistrados e servidores de primeiro grau convocando-os a participar da enquete eletrônica.

A reunião foi suspensa para o intervalo do almoço às 12h30min.

No retorno dos trabalhos, às 13h30min, o servidor Olacir Gonçalves, membro do Comitê, pontuou a necessidade de melhorar a comunicação institucional sobre os projetos estratégicos (por exemplo, instalação de CEJUSC's e estruturação de DTR's).

Na sequência foi concedida ao servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador da assessoria de planejamento, que apresentou os assuntos dependentes de atuação do Comitê: cumprimento da Resolução CNJ n. 219 e elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário para 2017.

O desenvolvimento dos trabalhos para cumprimento da Resolução CNJ n. 219 foi apresentado pelo servidor Rafael Ulguim Rosa de Oliveira, assessor de planejamento, com diversos questionamentos dos membros do Comitê. Os debates transcorreram até às 15h40min, com a deliberação de que os membros do Comitê continuarão acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos, até como suporte para solução de possíveis dúvidas.

Para as reuniões de análise de estratégia (RAE's) designadas para os dias 12 e 14 de julho de 2016, o servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador da assessoria de planejamento solicitou a participação dos membros do Comitê. Foi deliberado que os seguintes membros do Comitê irão participar: o servidor Olacir Gonçalves, nos 2 (dois) dias; a juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, no dia 12; e os juízes Candida Inês Zoellner Brugnoli e Edison Zimmer, no dia 14. O servidor Marcos Borba, representante do SINJUSC, informou que haverá a presença de representante do Sindicato.

Em seguida, o servidor João Anfilóquio Machado Júnior, coordenador da assessoria de planejamento, renovou o pedido para que os membros do Comitê, que também são os componentes do Comitê Orçamentário do Primeiro de Grau de Jurisdição acompanhem os trabalhos para a elaboração e aprovação da proposta orçamentária de 2017.

O servidor Rafael Ulguim Rosa de Oliveira, assessor de planejamento, explanou sobre o desenvolvimento dos trabalhos para a elaboração da proposta de orçamento do Poder Judiciário para 2017. Em virtude da extensão dos temas debatidos, às 16h houve a interrupção da reunião do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) para os trabalhos do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição.

Retornando os trabalhos do Comitê, às 16h30min, a juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer informou que a AMC encaminhou diretamente à Presidência deste tribunal sugestões de itens orçamentários relativos à classe. Pelo servidor Marcos Borba,

representante do SINJUSC, foi entregue petição com as sugestões orçamentárias durante a sessão.

Foi marcada a próxima reunião para o dia 10 de agosto de 2016, das 10h às 12h e das 14h às 17h, neste mesmo local.

A reunião encerrou-se às 17h. Nada mais havendo para constar é encerrada a presente ata, já aprovada ao final da sessão.

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL PLENO

Edison Zimmer
Presidente nomeado para o ato
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ESCOLHIDO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL PLENO

Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
REPRESENTANTE DA AMC

Marcos Borba
REPRESENTANTE DO SINJUSC